

## **Mulheres, ditadura e militância: desafios e articulação no período da ditadura militar brasileira**

Camila Carolina H. Galetti<sup>1</sup>  
Fernanda Maria Caldeira de Azevedo<sup>2</sup>

### **Resumo**

O presente texto tem como objetivo resgatar as vivências, articulações e militâncias de mulheres que viveram no período de ditadura militar no Brasil. Raramente na história do nosso país aparecem nomes de mulheres como construtoras ativas da nossa nação, relegando apenas aos homens uma trajetória política de desenvolvimento do Brasil. A história do regime militar brasileiro teve uma grande participação feminina em sua resistência, com diversas mulheres participando de várias dimensões da sociedade civil, tendo suas vidas totalmente afetadas pela repressão, tanto por suas escolhas políticas, quanto seus corpos e suas vidas utilizadas como instrumento de tortura. As mulheres no contexto da ditadura militar no Brasil romperam com o imaginário social da época do “ser mulher” ao se envolverem em questões da “esfera pública”, entrando em organizações políticas, sendo dirigentes de partidos, e até mesmo nas guerrilhas armadas. Nossa base metodológica é a historiografia feminista que analisa o período de 1964-1985 dando enfoque para a valorização da atuação da mulher, como ser atuante e transformador da sociedade.

---

<sup>1</sup>Mestranda do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade de Brasília (Brasil). Email: [camilagaletti@hotmail.com](mailto:camilagaletti@hotmail.com)

<sup>2</sup>Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (Brasil), [fmariacaldeira@gmail.com](mailto:fmariacaldeira@gmail.com);

## **Mulheres, ditadura e militância: desafios e articulação no período da ditadura militar brasileira**

### **Introdução**

O presente texto tem como objetivo resgatar as vivências, articulações e militâncias de mulheres que viveram no período de ditadura militar no Brasil. Raramente na história do nosso país aparecem nomes de mulheres como construtoras ativas da nossa nação, relegando apenas aos homens uma trajetória política de desenvolvimento do Brasil.

Le Goff em 1989 afirmou que a biografia, o resgate de trajetórias de vidas são complemento indispensável da análise das estruturas sociais e dos comportamentos coletivos. Pensar os indivíduos em sua trajetória, suas origens, sua personalidade, seu “contexto”, as violências simbólicas ou físicas vivenciadas, torna-se um desafio. Desafio maior é narrar trajetória de vida de mulheres, pois durante séculos as histórias das mulheres não foram contadas por elas mesmas, mas sim por homens. A historiadora Michelle Perrot em seu livro *Minha história das mulheres* (2007) questiona: As mulheres têm história?

Entre as duas guerras, segundo a autora, as mulheres tiveram acesso às universidades, aos estudos, mas continuavam marginais com relação à revolução historiográfica trazida pela escola de Annales. Seus pesquisadores não cogitavam as diferenças entre os sexos, que para eles não constituíam uma categoria de análise. As mulheres tinham história, porém suas histórias não eram contadas através delas, mas por homens.

No que diz respeito a ditadura militar na América Latina, principalmente no Brasil, não há tanta diferença. Muitas histórias foram apagadas, sequer contadas, vivências foram silenciadas. Porém, a participação feminina na ditadura militar brasileira foi grande, além disso, as dificuldades em ser militante e ser mulher numa sociedade de ordem patriarcal tornava tudo mais difícil, mesmo dentro da esquerda brasileira, dos partidos e organizações ditos de esquerda. Segundo Maria Lygia Quartim de Moraes,

No Brasil dos anos 60 e 70, a presença das mulheres na luta armada representou uma profunda transgressão ao que era designado como próprio ao sexo feminino. Mesmo sem formular uma proposta feminista deliberada, as militantes “comportaram-se como homens”:

pegaram em armas e assumiram um comportamento sexual que punha em questão a virgindade e a instituição do casamento, o que, como apontou Garcia (1997), “transformou-se em um instrumento em si de emancipação”. A transgressão de gênero teve, na repressão e na tortura, uma dimensão punitiva específica.

A radicalidade da experiência da luta armada deixou marcas profundas nos jovens de ambos os sexos. A mudança dos códigos instaurou uma nova ordem de relação entre homens e mulheres. Insisto na dimensão da juventude e no fato da grande maioria ser constituída por solteiros. Foi no exílio que muitos criaram família e onde se acirrou a contradição de gêneros. As queixas da ex-guerrilheiras não se diferenciavam muito do normal das mulheres, especialmente no tocante às tarefas domésticas e aos cuidados com os filhos. Por outro lado, levando-se em conta o machismo reinante nas concepções dos partidos comunistas oficiais, a participação das mulheres na luta armada também foi uma enorme ruptura com relação às lutas e movimentos sociais anteriores, nos quais predominavam os homens (MORAES, 1990).

Durante a década de 1960 e 1970 essas mulheres envolvidas na militância transgrediram construções sociais embasadas no patriarcado, questionaram seus lugares tanto no âmbito privado, quanto no público. Deram visibilidade as violências sofridas pelo simples fato de serem mulheres, dentre outras questões que trataremos mais à frente.

Sobre a ditadura militar brasileira, é necessário contextualizá-la para compreendermos como se deu a atuação das mulheres nesse período. A ditadura no Brasil não foi um fato isolado na América Latina. O mundo estava dividido pela Guerra Fria, Estados Unidos *versus* União Soviética. O cenário político no Brasil dos anos 1960 era completamente diferente do que se passava no norte global com a decadência do *american way of life*<sup>3</sup> e o surgimento de movimentos da juventude como *beatnik* e *hippie* nos Estados Unidos e o Maio de 1968 em Paris, embora com caráter diferenciados, foram expressões que colocaram em xeque valores conservadores.

O feminismo – Segunda onda - eclode nos Estados Unidos e Europa nessa efervescência política e cultural, onde se discute com mais firmeza o livro *O segundo sexo* de Simone de Beauvoir, o qual foi escrito em 1949. Ou seja, enquanto na Europa e

---

<sup>3</sup>O ‘american way of life’ acreditava na crença da "superioridade" da democracia dita livre, fundada num mercado de trabalho competitivo sem limites. Os americanos do norte como sempre com o orgulho da superioridade e da inferioridade.

EUA havia uma efervescência política de revolução de costumes, radical renovação cultural, no Brasil o cenário era outro. Nos anos precedentes ao golpe, existia uma bipolaridade política-ideológica, de um lado os conservadores representados pelo partido liberal UDN (União Democrática Nacional) que ora se reunia a frações das Forças Armadas nacionais em torno da bandeira “anticomunista”. Do outro lado, a esquerda representada por partidos nacionalistas como PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e partidos não institucionais como o PCB (Partido Comunista Brasileiro), criado em 1922.

Nos anos 1960 e 1970 no Brasil, assim como em outros países na América Latina, houve um fortalecimento político das forças que haviam resistido o nacionalismo dos anos 50 como o de Vargas no Brasil e Peron na Argentina. Durante a Segunda Guerra Mundial o Brasil serviu como aliado dos Estados Unidos e sob seu comando militar, iniciando uma cooperação que avançou nas décadas seguintes, gerando uma unidade de doutrinas e proximidade ideológica.

Em 1959 houve a Revolução Cubana e sua aproximação com a URSS, fato que marcou a política exterior dos EUA que não aceitaria mais insurgências, nem ameaças a sua hegemonia na região, passando a apoiar golpes militares de conteúdo anticomunista.

Esse contexto trouxe para o Sul da América Latina, diversos Golpe Militares como no Brasil, Argentina, Chile e Uruguai, havendo forte coerção sobre os sindicatos e extinção de partidos políticos. Essas ditaduras no plano econômico estreitaram relações com seus aliados do capital externo sob tutela militar nacional e implementaram a estratégia norte americana de contenção do comunismo, sintetizada na Doutrina de Segurança Nacional. Tal doutrina segue a tese de que o inimigo da pátria não é mais externo, mas interno. Nasceu então o Destacamento de Operações de Informações/centro de operações de defesa interna, o temido DOI- Codi.

Sobre a ditadura militar no Brasil, podemos afirmar que atravessou três fases, são elas:

- 1) Estendeu-se ao Golpe de Estado (1964) à consolidação do novo regime;
- 2) Decreto do AI-5 (1968), conhecido como Anos de Chumbo, repressão atingiu seu mais alto grau;

- 3) Posse do General Eneias Geisel (1974) que iniciou uma lenta abertura política até o período de exceção (1985).

Durante a maior parte do regimesó puderam existir dois partidos Legais: o Arena e o MDB, o ultimo funcionando como oposição interna. Desde o início do regime, a UNE<sup>4</sup> sofreu repressão com sua sede incendiada e o Movimento Estudantil começou a se manifestar com energia contra a ditadura a partir de 1965, desafiando a proibição das entidades estudantis. O movimento sindical e movimentos artísticos também foram muito presentes na resistência, mesmo com toda repressão e censura. Apesar dos 21 anos de ditadura, a sociedade brasileira não deixou de manifestar-se contra o regime militar.

Além disso, em 1968, no contexto de endurecimento do regime (AI-5), muitas organizações de esquerda optaram pela luta armada como ferramenta de enfrentamento ao poder militar, que adotaram táticas de assaltos a bancos, sequestros de diplomatas estrangeiros, atentados a quartéis. Logo nos primeiros anos de ditadura militar, como resposta e resistência ao regime, surgiram várias ações de guerrilhas urbanas das quais muitas mulheres participaram ativamente. Segundo Cristina Scheibe Wolff (2007):

Nos grupos de guerrilha urbana do Brasil, Marcelo Ridenti calcula em torno de 18% de mulheres, e sabemos que possivelmente eram mais já que o percentual é calculado com base nos processos movidos contra os militantes pela justiça. Segundo a ex-militante e socióloga Maria Lygia Quartim de Moraes, que militou na ALN como apoiadora, para as mulheres era mais fácil escapar da polícia, pois a não ser em casos notórios, era difícil acreditar que as mulheres seriam realmente guerrilheiras.

O regime se centrou a aniquilar a guerrilha armada e no extermínio do Partido Comunista Brasileiro. No final dos anos 1970 o regime entrou em processo de fragilização e decidiu controlar sua rigidez e com uma transição política que levaria a posse de um presidente civil em 1985.

Durante toda a ditadura militar, as mulheres tiveram participação em diversos movimentos de oposição ao regime, muitas organizadas em movimentos de mulheres

---

<sup>4</sup>União Nacional dos Estudantes, principal entidade estudantil brasileira a qual teve seu primeiro congresso em 1937, onde foi eleita uma mulher à presidência: Ana Amélia Queirós Carneiro de Mendonça.

entre as classes médias e populares e em organizações de esquerda (Pinto, 2003). É nesse contexto político que o feminismo no Brasil se desenvolve, lutando por autonomia, defendendo a especificidade da condição de dominada da mulher. Ao mesmo tempo sua profunda ligação com a luta contra ditadura militar, em que a condição política do país impunha um regime marcado por um forte conservadorismo, cassação de direitos políticos, censura, torturas, desaparecimentos, exílio e também por outro lado, sofrendo os desgastes dos movimentos de esquerda que viam no feminismo um desvio pequeno-burguês, colocando-o como algo que fragmentava a luta “geral”, a luta contra o regime ditatorial.

Face ao exposto, buscaremos relatar as vivências de mulheres na ditadura militar brasileira, dentro do contexto dos feminismos à época.

## **Feminismos no Brasil**

O discurso masculino durante séculos apresentou a mulher como inferior ao homem, embasado nas diferenças biológicas. Segundo Swain (2000), a história ocidental se acostumou a naturalizar as relações e funções atribuídas a homens e mulheres através da ideia de que o corpo biológico estaria ligado ao papel social dos indivíduos, desenvolvendo uma política de esquecimento que apagava o plural e o múltiplo do humano; ou seja, a hierarquia social se baseou nas diferenças biológicas para se organizar. O que levou Simone de Beauvoir a condenar a sociedade patriarcal por reduzir as mulheres à representação subalterna de um corpo, sexo e matriz. Segundo ela (1967, p.308), a mulher “foi engendrada na generalidade de seu corpo, não na singularidade de sua existência”. Nesse sentido, sua famosa sentença “Não se nasce mulher, torna-se”, simbolizou uma reação aos modelos de masculinidade e feminilidade à época definidos pelas sociedades, através da forma de se comportar, de falar, de vestir dentro dos parâmetros do patriarcado.

Para esse aspecto, Boris e Cesídio (2007) ressaltam que:

O sistema patriarcal era, principalmente, reproduzido pela elite urbana, composta pelos comerciantes, profissionais liberais e altos funcionários públicos, que tinham maior acesso aos saberes dos médicos e dos padres, mas também pelos pobres e escravos. Segundo Fischer (2001), a religião desempenhou um papel importante neste

sistema, sobretudo para a manutenção dos valores vigentes, na medida em que acrescentou restrições e temores sobrenaturais ligados às consequências da desobediência: por exemplo, ela não apenas levaria ao inferno, mas transtornaria toda a vida do pecador e atrairia desastres e misérias contra ele como castigo divino. Ou seja, o discurso da religião (com predomínio da Igreja Católica), confirmava e enfatizava aquilo que era vigente na família: aquele que burlasse as normas vigentes da Igreja, como, por exemplo, romper as regras relativas à virgindade da mulher, deveria sofrer castigo. (BORIS; CESÍDIO, 2007, p.458).

Como resposta a ordem patriarcal e a opressão exercida sob as mulheres, houve a emergência dos movimentos feministas. Para Francine Descarries (2000, p.9):

As últimas décadas tem sido o teatro do renascimento do movimento feminista em várias regiões do mundo. Desenvolveu-se como mentor de um reagrupamento democrático sem precedentes, contestando a onipresença das categorias de sexo na organização e na estruturação das sociedades, bem como discurso crítico das condições de produção e reprodução das relações sociais de sexo. É difícil alcançar a amplitude do acontecimento histórico que constitui a emergência contemporânea de um saber e uma prática feministas, sua integração, mesmo de forma imperfeita, aos campos do conhecimento e das representações sociais.

Entre as mobilizações na época de eclosão da segunda onda do feminismo, estão situados os movimentos em favor da emancipação feminina, como por exemplo, a luta pelos direitos reprodutivos e por condições trabalhistas mais igualitárias, dentre outras pautas.

Porém no Brasil o cenário era outro, o movimento feminista se desenvolveu dentro de uma realidade de conservadorismo e repressão, tendo assim uma dualidade: o de ter uma perspectiva autônoma, que tratasse da questão específica das mulheres, por outro lado, a sua profunda ligação com luta contra a ditadura militar (Pinto, 2003).

Para Joana Maria Pedro:

Ainda que fortemente inspirado pelos movimentos feministas de “Segunda Onda”<sup>5</sup> que se multiplicaram no exterior, no Brasil guardou

---

<sup>5</sup>Costuma-se definir como “Primeira Onda” o movimento feminista que, no final do século XIX e início do XX, reivindicava para as mulheres direitos políticos (votar e ser eleita), direito à educação com currículos iguais aos dos homens e direito ao trabalho remunerado com salário igual por trabalho igual.

“Segunda Onda” denomina o movimento iniciado a partir de meados dos anos 1960 e que acrescenta reivindicações referentes à sexualidade (direito ao prazer), ao corpo (aborto e

especificidades por conta da conjuntura política; o país vivia sob uma ditadura militar que colocava grandes obstáculos à liberdade de expressão e levava, como reação, a luta políticas e sociais com viés de esquerda. Os grupos de oposição contavam com grande participação de mulheres que também estavam envolvidas nos chamados “movimento de mulheres” e na militância feminista. Com isso, no Brasil, a questão do trabalho e os problemas da mulher trabalhadora tiveram inicialmente prioridade sobre tantas outras pautas feministas da “Segunda Onda”. Porém, em pouco tempo, as demais reivindicações ganharam força, com destaque para os assuntos ligados a sexualidade e corpo e à violência contra a mulher, por exemplo. (PEDRO, p.240, 2012).

Segundo Rachel Soihet, esses movimentos feministas que surgem em meados da década de 1960, foi um grande avanço para o surgimento da História das Mulheres, principalmente no ensino superior. Devido a estes movimentos deu-se “as reivindicações das mulheres provocaram uma forte demanda de informações, pelos estudantes, sobre as questões que estavam sendo discutidas” (SOIHET, 1997, p.276). O feminismo da década de 1970, fez com que emergisse novos temas, questionamentos, deu maior visibilidade às mulheres como agentes históricos, propondo que os indivíduos não fiquem presos em conceitos pré-estabelecidos pela sociedade, mas que buscassem romper com construções sociais embasadas nas diferenças biológicas entre homens e mulheres.

O movimento de mulheres que aparece durante esse período, rompeu com uma tradição, a qual as mulheres manifestavam publicamente valores tradicionais e conservadores, como ocorreu com a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que precede o golpe militar (BLAY, 1987). Esse movimento trouxe uma nova versão da mulher brasileira – apesar de ser um movimento heterogêneo, composto por diversas vertentes ideológicas: comunistas, anarquistas e etc. -, que vão às ruas e reivindicam espaços os quais não tinham acesso, denunciando as desigualdades e opressões. Porém, atou-se do surgimento de um feminismo cujas militantes estavam em sua maioria também engajadas nos grupos de esquerda ou nas lutas democráticas, criando um movimento feminista bastante politizado, o que Goldberg chamou de um feminismo bom para o Brasil (GOLDBERG, 1988).

---

contracepção). Essa classificação, entretanto, tem sido questionada por alguns estudiosos. Ver Clare Hemmings, “Contando histórias feministas”, em *Revista Estudos Feministas*, v. 17, n. 1, 2009, p. 215-241.

É importante ressaltar que anterior a eclosão e maior visibilização das lutas feministas no Brasil, mais especificamente no ano de 1975, marcado pelo Ano Internacional da Mulher (decisão da ONU como primeiro ano da década da mulher), haviam organizações de mulheres entre as classes médias e populares que co-existiram paralelamente com o desenvolvimento do feminismo, muitas vezes construindo lutas conjuntamente. Exemplos desses movimentos foram as mulheres contra a carestia (final da década de 1940 e início da década de 1950) que realizaram a passeata da Panela Vazia e o Movimento Feminino pela Anistia (1975).

Outro ponto fundamental para a discussão dos feminismos desses períodos é como as mulheres se articularam para discutir assuntos que diz respeito a liberação de seus corpos. Revistas feministas, coletivos feministas passaram a discutir a sexualidade das mulheres, orientação sexual e assuntos discutidos nesses grupos, pode hoje causar espanto: como uma mulher adulta ainda não sabia o que era orgasmo? Segundo Joana Maria Pedro (2012):

A facilidade de obter informações que se tem atualmente sobre o corpo e o prazer sexual não existia em meados dos anos 1960 e início dos anos 1970. E mais; durante muito tempo, acreditou-se que a “mulher distinta”, “respeitável”, não sentia desejo, nem prazer, pois todo seu ser deveria destinar-se à maternidade (PEDRO, 2012, p.242).

Era negado as mulheres o prazer, o autoconhecimento de seus corpos. Nesse contexto, folhetins e revistas de caráter feminista difundiram discussões as quais as mulheres eram privadas, no que diz respeito de seus corpos e também a partir da troca de experiência e vivência das mulheres em reflexões coletivas. Segundo Costa (2009), em 1975 é criado o jornal *Brasil Mulher* em Londrina, no Estado do Paraná, ligado ao Movimento Feminino pela Anistia e publicado por ex-presas políticas.

No início de 1976, um grupo de mulheres universitárias e antigas militantes do movimento estudantil começaram a publicar o jornal *Nós Mulheres*, que desde seu primeiro número se auto identifica como feminista dentro de uma perspectiva classista. Em 1976 surgiu outro periódico em São Paulo: o *Nós Mulheres*, o qual era editado por mulheres que apesar de dizerem distantes da “militância política organizada”, era em

grande parte ex-exiladas pertencentes à vertente debate<sup>6</sup> (Pedro, p.248, 2012). Ou seja, esses periódicos da década de 1970 foram singulares para gerar um empoderamento nas mulheres, divulgar ideias e dar visibilidades a temas não tratados nas revistas à época.

Porém, é importante ressaltar que na primeira fase da ditadura militar os grupos feministas engatinhavam com reuniões particulares, de maneira privada (PINTO, 2003). Além de ser uma afronta às ideias conservadoras da época, as movimentações políticas de qualquer caráter eram repreendidas pelo regime, sendo vistas como uma ameaça à integridade da nação. Segundo Céli Pinto, o feminismo além de ser mal-visto pela esquerda marxista, que enxergava no movimento uma ameaça a unidade da luta do proletariado, era mal-visto também pelos próprios homens que tinham uma posição privilegiada dentro das organizações políticas, além de não reverem seus próprios privilégios em suas relações pessoais.

Com esse caráter político do feminismo brasileiro extremamente ligado a resistência ao regime, fica evidente a dificuldade de debater as questões específicas das mulheres dentro de uma conjuntura em que o governo militar e a esquerda se opunham às ideias do movimento. Muitas mulheres se engajaram na luta contra a ditadura, se organizando em partidos e em outras organizações de combate ao regime, mas em sua maioria não tinham clareza sobre o feminismo. As que tinham, encontrava grandes obstáculos para debate-lo.

A partir dessas questões compreendemos o papel ativo das mulheres na construção histórica do Brasil, que durante os 21 anos de ditadura militar participaram tanto da luta armada, quanto em organizações de apoio à resistência na sociedade, militantes de partido, e acima de tudo, mulheres, mães, esposas e filhas das quais muitas foram detidas, torturadas e mortas por se envolverem politicamente em um processo de extrema repressão, muitas vezes sendo líderes políticas e grandes referências dentro de suas organizações, rompendo com a condição histórica do papel feminino de atuar apenas na esfera privada.

## **Mulheres, partidos e vivências**

---

<sup>6</sup>Debate era uma dissidência política surgida no exílio que agrupava militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) e do Partido Comunista Brasileiro (PCB), além de mulheres autônomas.

A história do regime militar brasileiro contou com uma grande participação feminina em sua resistência, com diversas mulheres participando de várias dimensões da sociedade civil como já foi citado na introdução. Tendo suas vidas totalmente afetadas pela repressão, tanto por suas escolhas políticas, quanto seus corpos e suas vidas utilizadas como instrumento de tortura. As mulheres no contexto da ditadura militar no Brasil romperam com o imaginário social da época do “ser mulher” ao se envolverem em questões da “esfera pública”, entrando em organizações políticas, sendo dirigentes de partidos, e até mesmo nas guerrilhas armadas.

As mulheres ‘extrapolaram’ o universo doméstico ao adentrarem a luta armada. Em Tiradentes: um presídio da ditadura, a ex-presa política Dulce Maia (1997, p.99) relata o seguinte:

Tendo sido a primeira mulher sequestrada com envolvimento direto em ações de luta armada, era-me concedido um tratamento duplamente “especial”. O primeiro, aquele mesmo tratamento que dispensavam a meus companheiros homens por haverem ousado pegar em armas contra o arbítrio e intolerância do regime ilegítimo dos militares. O, segundo, pela minha condição de mulher, atrevimento duplo.

Muitas mulheres que foram presas por envolvimento na luta armada, relatam que era recorrentes estupros, humilhações, violências psicológicas e o fato de ser mulher, como diz a ex-presa política Dulce Maia era visto como um ato de atrevimento, como se as mulheres estivessem ocupando um espaço que não estava destinado a elas. Essas mulheres eram consideradas “subversivas” pelo Estado e passaram a serem vítimas dele, e quando falamos da ação repressiva durante a ditadura, falamos de atos repressores que atingiam a todos em geral, mas que porémadquiriu um caráter específico com relação às mulheres através da violência baseada no gênero. A tortura de violação, humilhação, e ameaças sexuais é diferente quando baseada no gênero, sistematicamente praticada nas mulheres, embora, diversas vezes, os homens também eram vítimas desse tipo de violência; as mulheres ainda eram submetidas a choques elétricos mesmo estando grávidas, e objetos eram introduzidos no seu órgão sexual.

Outro fator que é relevante nessa discussão, é violência sexual direcionada às mulheres detidas. Segue o depoimento de Lygia Guedes, ex-militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), que foi presa na cidade de Paulista (PE), no ano de 1971, quando era estudante secundarista:

Eles (torturadores) passavam ali o tempo todo, tinha muito assédio, puxavam meu cabelo, falavam coisas. [...] Eu era uma desconhecida da repressão e muito menina, tinha pouco mais de 18 anos. Mas quando passavam por mim, diziam ‘Amanhã vai ser você, mas aí vai ser diferente’. E diziam coisas nojentas sugerindo que haveria violência sexual. [...] Numa das ameaças de violência sexual, o delegado me chamou, disse que eu era muito magra e perguntou se eu estava trepando muito, pois essa era a melhor maneira de emagrecer. E disse que ele poderia me alimentar bem, me engordar e depois me faria emagrecer com a dieta do sexo.

Maria do Socorro Diógenes, ex-militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) foi presa em Recife (PE), no ano de 1972, quando era professora, também relata momentos em que sofreu violência sexual:

A primeira coisa que fizeram foi arrancar toda a minha roupa e me jogar no chão molhado. Aí começaram os choques em tudo quanto é lado – seio, vagina, ouvido- e os chutes. [...] Eles abusavam muito da parte sexual, com choque nos seios, na vagina...passavam a mão. Também faziam acareações com um companheiro do movimento estudantil, o Pedro Eugênio de Toledo. Eles obrigavam a gente a se encostar nas partes sexuais e a torturar um ao outro. Tínhamos que pôr a mão no órgão um do outro para receber choques. Eles também faziam a gente se encostar como se fôssemos ter uma relação, para os dois serem atingidos pelo choque.

Como mostra os depoimentos acima, as mulheres além de serem torturadas com a violência física e com instrumentos, como o pau-de-arara e cadeira do dragão, também se confrontavam o tempo todo com as violências sexuais, com seus corpos nus sendo expostos, as formas degradantes que utilizaram da sexualidade para abusá-las e violentá-las. A violência psicológica pelo fato de serem mulheres era grande, como conta Dulce Maia, ex-militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) presa em São Paulo (SP), no ano de 1969 quando era produtora cultural:

Eu vejo a cara do estupro. Era uma cara redonda. Era um homem gordo, que me dava choques na vagina e dizia: ‘você vai parir eletricidade’. Depois disso, me estuprou ali mesmo. [...] O estupro foi nos primeiros dias, o que foi terrível para mim. Eu tinha lutar muito para continuar resistindo. Felizmente eu consegui. Só que eu não perco a imagem do homem. É uma cena muito presente. [...] Me tratavam de ‘puta’, ‘ordinária’. Me tratavam como uma pessoa completamente desumana.

Os corpos femininos também eram “avaliados” pelos torturadores, aquelas que se aproximavam do padrão hegemônico de beleza imposta pela sociedade (mulheres brancas, magras de cabelos mais lisos) eram constantemente assediadas e abusadas.

Assim, como as mulheres mais velhas e negras eram humilhadas pelas formas de seus corpos e a cor de suas peles, como citado pelo depoimento de Maria Diva de Faria, presa no ano de 1973 em São Paulo, quando era enfermeira:

Os torturadores falavam muito das presas, ridicularizavam, gritando para você ouvir. Eram coisas libidinosas, como do tamanho da vagina de uma pessoa que eu conhecia. Uma vez, eles me chamaram para um interrogatório com um homem negro que diziam ser um psicólogo. Isso foi muito tocante para mim, porque é claro que chamaram um homem negro para eu me sentir identificada. [...] Ele (torturador) me pôs para marchar na frente dele, para lá e para cá, para lá e para cá durante um bom tempo. E os homens falando: ‘Ô negra feia. Isso aí devia estar é no fogão. Negra horrorosa, com esse barrigão. Isso ai não serve nem para cozinhar. Isso aí não precisava nem comer com essa banhona, negra horrorosa. E eu tendo de marchar. Imagine só, rebaixar o ser humano a esse ponto.

A ditadura militar brasileira também se utilizou do imaginário social da mulher enquanto mãe, para instrumentalizar graves torturas psicológicas. Além das agressões físicas às mulheres grávidas, eram recorrentes ameaças de que torturariam também as crianças como forma de punição a elas. Como relata Gilse Consenza, ex-militante da Ação Popular, presa em Belo Horizonte(MG), no ano de 1969, recém formada em Serviço Social:

Eles passavam noites inteiras me descrevendo o que iam fazer com a minha menina de quatro meses. ‘Você é muito marruda, mas vamos ver se vai continuar assim quando ela chegar. Estamos cansados de trabalhar com adulto, já estudamos todas as reações, mas nunca trabalhamos com uma criança de quatro meses. Vamos coloca-la numa banheirinha de gelo, e você vai ficar algemada marcando num relógio quanto tempo ela leva para virar um picolé. Mas não pensa que vamos matá-la tão fácil assim. [...] Não vamos matá-la, vamos quebrar todos os ossinhos, acabar com o cérebro dela, transformá-la num monstrinho. Não vamos matar você também não. Vamos entregar o monstrinho para você para saber que foi você a culpada por ela ter se transformado nisso’.

Segundo relatos, algumas mulheres grávidas que foram torturadas acabaram por abortar devido as agressões. Outras tiveram seus filhos em condições de violência obstétrica, além de terem as crianças retiradas da sua convivência logo após o nascimento, como relata Helcida Fontelles Veiga, ex-militante da Ação Popular, presa em Brasília no ano de 1971, quando era estudante de Ciências Sociais:

Quando fui presa minha barriga de cinco meses de gravidez já estava bem visível. [...] De lá (Pelotão de Investigação Criminal- PIC), fui levada para o Hospital do Exército do Exército e, depois, de volta à Brasília, onde fui

colocada numa cela cheia de baratas. Eu estava muito fraca e não conseguia ficar em pé nem sentada. Como não tinha colchão, deitei-me no chão. As baratas, de todos os tamanhos, começaram a me roer. Eu só pude tirar o sutiã e tapar a boca e os ouvidos. [...] Nesse dia, para apressar as coisas, o médico, irritadíssimo, induziu o parto e fez o corte sem anestesia. Foi uma experiência muito difícil, mas fiquei firme e não chorei. Depois disso ficaram dizendo que eu era fria, sem emoção, sem sentimentos. Todos queriam ver quem era a ‘fera’ que estava ali.

Durante as torturas as mulheres eram lembradas o tempo todo que ali não era o ‘seu lugar’, que não era na política, não era na militância, e por tanto as torturas sexuais e humilhações serviam também como um castigo por terem rompido com o lugar tradicional da mulher, que é ficar em casa e cuidar da família.

As torturas depreciaram e desvalorizaram sua dignidade humana, através do sadismo sexual na dominação e degradação da condição feminina. Segundo Lilian Celiberti, uruguaia, ex-militante do Partido da Vitória do Povo (PVP), o objetivo da tortura é esse: [...] vilipendiar você como pessoa, que seu corpo e sua vontade percam o controle e você se sinta um montão de carne, ossos, merda, dor e medo.

### **Considerações finais**

Através dos relatos mencionados de mulheres que se envolveram na ditadura, as torturas que sofreram, podemos afirmar que elas foram guerreiras em todos os aspectos, pois enfrentaram o machismo dentro da própria esquerda e também por parte do Estado. O acréscimo das mulheres na luta cooperou para o rompimento do tradicionalismo político da esquerda, somando novas bandeiras e dando visibilidade as opressões sofridas pelas mulheres.

Ou seja, somou-se a luta contra o capitalismo, a luta contra o machismo, patriarcado no contexto da ditadura no Brasil. Percebemos que diferentemente de outros países, no Brasil o feminismo surgia com uma dupla face: a das mulheres dos movimentos populares e as das mulheres que voltavam do exílio como feministas (GONÇALVES, 2009). Essas mulheres marcaram história, romperam com padrões e através de suas trajetórias de vida deram visibilidade as opressões sofridas.

## Referências

BEAVOUIR, Simone de. 1967. O segundo sexo, volume II. Editora Difusão europeia do livro.

BORIS, Georges Daniel Janja Bloc; CESÍDIO, Mirella de Holanda. Mulher, corpo e subjetividade: uma análise desde o patriarcado à contemporaneidade. Revista Mal-estar e subjetividade – Fortaleza – vol. vii – Nº 2 – p. 451-478 – set/2007.

DESCARRIES, Francine. 2000. Teorias feministas: liberação e solidariedade no plural. In: Feminismos: Teorias e Perspectivas, org: Tania Navarro Swain. Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB, Brasília, UnB, vol.8, n.1/2.

GOLDBERG, A. 1988. Tudo começou antes de 1975: ideias inspiradas pelo estudo da gestão, de um feminismo bom para o Brasil. Relações sociais de sexo X Relações sociais de gênero. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

JOAN, Scott. Gênero: Uma categoria útil de análise. Revista Educação & Realidade, vol.15, n.2. 1986.

MORAES, Maria Lygia Quartim. O feminismo no Brasil Contemporâneo. Coleção Textos da Faculdade de Letras e Ciências Humanas, Araraquara, 1990.

PEDRO, Maria Joana; PINSKY, Carla Bassanezi. Nova história das Mulheres no Brasil, Editora Contexto, 2012.

PERROT, Michelle. 2007. Minha história das mulheres. São Paulo, editora Contexto.

PINTO, Céli Regina J. Uma história do feminismo no Brasil. Editora Perseu Abramo, 2003.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SWAIN, Tania Navarro. 2000. Feminismos: Teorias e perspectivas. Revista Textos de história da pós-graduação em História da UnB, vol.8, números 1-2.